

Princípios de FISCALIDADE

Trabalho realizado por: TAG4

~~Ver~~ Valdeiro nº20

- Sofia Gonçalves nº16

- Paula Machado nº15

- Paula Meixões nº14

285 pontos
99 valores
✓

Lina Candeias



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Centro de Formação Profissional do Sector Terciário
Módulo – Princípios de Fiscalidade

Ficha de Trabalho n.º 13 – Exclusão do direito à dedução do IVA; Reembolso de IVA

1. Completar a tabela seguinte de acordo com o estipulado no artigo 21.º do CIVA:

Bens/Serviços	Excluído totalmente	Totalmente dedutível	Dedução de 50%	Dedução de 25%
Viaturas de turismo	X			
Combustível de veículos pesados de passageiros		X		
Despesas de alojamento, alimentação, bebidas e tabaco	X			
GPL de viaturas ligeiras			X	
Despesas de alojamento, alimentação e bebidas relacionadas com a participação em congressos, feiras e exposições desde que existam contratos realizados com as entidades organizadoras.				X
Despesas com divertimentos e artigos de luxo	X			
Despesas de alojamento, alimentação e bebidas relacionadas com a participação em congressos, feiras e exposições desde que existam contratos realizados com a empresa prestadora dos serviços.			X	
Combustíveis de veículos pertencentes a uma empresa de rent-a-car			X	✓
Viaturas pesadas de mercadorias		X		

2. Completar a tabela seguinte de acordo com o estipulado no artigo 22.º do CIVA:

2.1.

Situação	Imposto		Pedido de reembolso			Cessação da actividade		
	A pagar	A reembolsar	Meses	Valor	Ponto	Meses	Valor mínimo	Excepções
Imp. Liquidado > Imp. Dedutível	X							
Imp. Dedutível > Imp. Liquidado		X	12	250€	5)	12	250€	✓

2.2. Refira-se às obrigações/direitos da DGCI face aos pedidos de reembolso de IVA por parte dos contribuintes.


Ficha de trabalho nº13

2.2 – O sujeito passivo pode solicitar o reembolso antes do fim do período de 12 meses quando se verifique a cessação de actividade, desde que o valor do reembolso seja igual ou superior a 25€, bem como quando o crédito a seu favor exceder 3.000€.

A DGCI pode exigir quando a quantia a reembolsar exceder 3.000€, caução, fiança bancária ou outra garantia adequada, que determine a suspensão do prazo de contagem dos juros indemnizatórios referidos no número seguinte, até à prestação da mesma, a qual deve ser mantida pelo prazo de 6 meses.

Os reembolsos quando devidos, devem ser efectuados pela DGCI até ao fim do 2º mês seguinte ao da apresentação do pedido ou no caso dos sujeitos passivos que estejam inscritos no regime de reembolso mensal, até aos 30 dias posteriores ao da apresentação do referido pedido.

O Ministro das Finanças pode autorizar a DGCI a efectuar reembolsos em condições diferentes das estabelecidas nos números anteriores, relativamente a sectores de actividade cujo volume de negócios seja constituído essencialmente por operações previstas na alínea b) do nº1 do artigo 2º:

- Exportações e operações isentas nos termos do art.14º
 - Operações efectuadas no estrangeiro que seriam tributáveis se fossem efectuadas no território nacional
 - Prestações de serviços cujo o valor esteja incluído na base tributável de bens importados
 - Transmissões de bens e prestações de serviços
 - Operações isentas nos termos dos nº27 e 28 do art.9º quando o destinatário esteja estabelecido ou domiciliado fora da comunidade europeia ou que estejam directamente ligadas a bens, que se destinam a ser exportados para países não pertencentes à mesma comunidade
- 



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Centro de Formação Profissional do Sector Terciário
Módulo – Princípios de Fiscalidade
Ficha de Trabalho n.º 14 – Obrigações dos contribuintes

1. Completar a tabela seguinte de acordo com o estipulado no artigo 31.º do CIVA:

Situações	Antes do início de actividade	Não obrigação de entrega de DIA	15 dias após data de registo na Conservatória	Ponto	Excepções
Pessoas singulares ou colectivas com actividades sujeitas a IVA	X		✓	1)	
Actos únicos		X		3)	*
Pessoas colectivas sujeitas a registo comercial			X	2)	

* excepto se exceder o limite previsto nas alíneas d) e f) do n.º 1 do art.º 27

2. As empresas podem registar alterações relativamente às informações declaradas no início de actividade bem como podem proceder à cessação da respectiva actividade.

2.1. Quando deve o sujeito passivo entregar a declaração de alterações?

2.2. Qual o prazo legal para efectuar a operação anterior?

2.3. Qual o prazo legal para comunicação da cessação da actividade?

3. Como podem ser entregues as declarações anteriores? Identificar o artigo, ponto e/ou alínea que regulamenta esta obrigação.

4. Completar a tabela seguinte de acordo com o estipulado no CIVA:

Situações	Artigo	Denominação do acto	Prazos de pagamento	DGC		
				Obrigação	Valor	Pagamento
Apenas uma operação tributável	43º	Actos únicos	de 0 a 15 dias após a data de registo na Conservatória			
Sujeito passivo não sujeito à entrega de Declaração Periódica	53º 59º	Isento				
Imp. Liquidado Pagamento efectuado	67º	Declaração de liquidação do imposto				

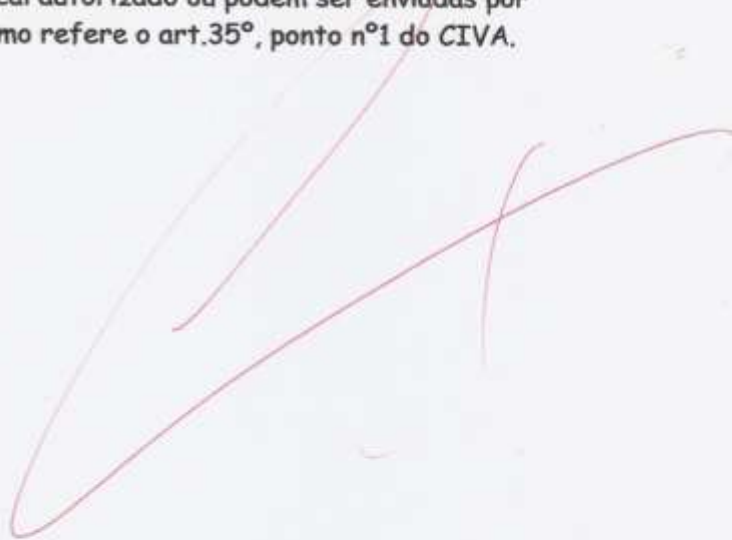
Ficha de trabalho nº14

2.1 - O sujeito passivo deve entregar a declaração de alterações sempre que se verifique alterações de qualquer dos elementos constantes da declaração relativa ao início da actividade.

2.2 - O prazo legalmente autorizado para efectuar a entrega da declaração de alterações é de 15 dias a contar da data de alteração, se outro prazo não for expressamente previsto neste diploma.

2.3 - No caso de cessação de actividade, deve o sujeito passivo, no prazo de 30 dias a contar da data da cessação, entregar a respectiva declaração.

3 - As declarações podem ser apresentadas em qualquer serviço das finanças ou noutro local autorizado ou podem ser enviadas por transmissão de dados, como refere o art.35º, ponto nº1 do CIVA.





INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Centro de Formação Profissional do Sector Terciário
Módulo – Princípios de Fiscalidade
Ficha de Trabalho n.º 15 – Declarações Periódicas

1. Identificar do artigo do CIVA que regulamenta a obrigatoriedade de entrega das declarações periódicas.
2. Completar a tabela seguinte de acordo com o estipulado no artigo constante do ponto anterior:

Volume de negócios	Regime de periodicidade		Prazo de entrega	Ponto/Alínea	Excepções	Período de permanência após entrega declaração de alterações	Data de entrega para alteração do regime de periodicidade
	Mensal	Trimestral					
> 650.000,00 €	X		até ao dia 10 do 2.º mês seguinte	1.a)		Até ao termo do 1.º ano da entrega da declaração	Até ao dia 10 do 2.º mês seguinte
< 650.000,00 €		X	até ao dia 15 do 2.º mês seguinte	1.b)	2) empresas com volume de negócios inferior a 1.000.000 €	3 anos	a partir do 1.º ano

3. Responder às questões abaixo, justificando as respostas:

- 3.1. Refira-se à incidência real e pessoal do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
- 3.2. Explique como procederá para concluir que um bem está sujeito à taxa de 20%;
- 3.3. Determinada empresa apresentava os seguintes elementos relativos ao IVA:

IVA Liquidado	22 000,00 €
IVA Suportado	18 000,00 €
IVA Dedutível	14 000,00 €
IVA Regularizações a Favor do Estado	2 000,00 €
IVA Regularizações a Favor da Empresa	1 400,00 €
Dedução de IVA referente a reporte	12 600,00 €
Exportações	800,00 €

- 3.3.1. Proceder ao apuramento do IVA referente a esta Empresa.
- 3.4. Indicar as formas de pagamento que podem ser utilizadas para efectuar o pagamento do IVA devido ao Estado.
4. Na declaração periódica pode ocorrer uma situação de crédito de imposto, neste caso como se pode actuar? O que considera mais aconselhado?

Ficha de trabalho nº15

1 - O artigo que regulamenta a obrigatoriedade da entrega das declarações periódicas é o art.41º.

3.1 - Os impostos reais são impostos objectivos ou não personalizados, não tem a consideração pessoal do contribuinte. Todos os impostos do sistema fiscal português são reais, com excepção do IRS, enquanto que os impostos pessoais são subjectivos ou personalizados, tem em consideração a situação pessoal do contribuinte. Ex: IRS.

A tributação pessoal indica racionalidade e de justiça fiscal, razão pela qual deve, atingir globalmente a riqueza ou o rendimento do contribuinte e atender à situação familiar do contribuinte. Garantir a progressividade, em nome da justiça distributiva.

3.2 - Para concluir que um bem ou uma prestação de serviços está sujeito à taxa de 21%, teremos que proceder à verificação das tabelas I e II e ao art.9º - isenções, se não constar em nenhuma delas, podemos concluir que é à taxa de 21%.

3.3

3.3.1 - Apuramento do IVA

$14.000 + 1.400 + 12.600 = 28.000\text{€}$
Iva a favor da empresa = 28.000€

$22.000 + 2.000 = 24.000\text{€}$
Iva a favor do estado = 24.000€

Iva a recuperar/ entregar = $24.000 - 28.000$
Iva a recuperar = -4.000€

3.4 - As formas de pagamento podem ser por conta, isto é, pagamento parcial antecipado, pode ser a pronto, isto é, como pagamento único, pode ser ainda a prestações ou coercivamente, isto é, feito através de processo de execução fiscal, da competência dos tribunais das contribuições impostos ou ainda por pagamento voluntário, que pode ser a boca de cofre que é no prazo fixado ou com juros de mora, que é após o prazo fixado.

4 - Pode-se solicitar o reembolso ou pode-se reportar o excesso para o período seguinte, sendo que considera-se mais apropriado reportar o excesso, pois assim desconta-se esse valor na prestação seguinte, e evita-se mais burocracias e é mais prático para ambas as partes.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Centro de Formação Profissional do Sector Terciário
Módulo – Princípios de Fiscalidade
Ficha de Trabalho n.º 16 – Aplicação do *pro rata*

1. A Sociedade FAZ,FAZ E DESFAZ, Lda., realizou, durante o mês de Junho de 2008, as seguintes operações (valores em Euros):

Aquisição de viatura de ligeira mista	22 000,00 €	<i>12000</i>
Facturas relativas à compra de materiais para a construção	18 000,00 €	
Água, electricidade e demais gastos correntes	14 000,00 €	
Aquisição de máquinas para a construção	20 000,00 €	
Aquisição de ferramentas para a construção	1 400,00 €	
Obras realizadas	208 000,00 €	<i>20000</i>
Recibos de Gasóleo Industrial	800,00 €	

Outras informações:

Durante o ano de 2007, verificou-se o seguinte:

- Obras realizadas (IVA excluído) – 80 000,00 €;
- Venda de prédios – 120 000,00 €.

Pretende-se:

1.1 – Cálculo do *pro rata*.

1.2 – Cálculos relativos ao apuramento do IVA de Junho.

1.3 – Indique a correcção a efectuar se o *pro rata* definitivo de 2007 for de 35%.

2. A sociedade "COLORAU & CANELA, S.A.", realizou durante o primeiro trimestre de 2008, as seguintes operações (valores em Euros):

Facturas para clientes relativas a mercadorias	<i>26 620,00</i>	127 000,00 €	Tx normal
Compras Intercomunitárias	<i>4 520,00</i>	23 000,00 €	Tx normal
Facturas de Fornecedores relativas a mercadorias	<i>26 580,00</i>	128 000,00 €	Tx normal

Descontos comerciais para clientes	420,00	2 000,00 €	Tx normal
Vendas isentas		12 000,00 €	
Descontos Financeiros de fornecedores	724,50	3 450,00 €	Tx normal
Vendas Intercomunitárias		235 000,00 €	
Crédito de imposto do trimestre anterior		56 000,00 €	
Devoluções de vendas	2520,00	12 000,00 €	Tx normal
Pagamento de fornecimento e serviços	180,00	3 000,00 €	5%
Exportações		156 000,00 €	
Regularizações a favor do sujeito passivo comunicadas pela DGCI		6 000,00 €	
Devoluções de compras	800,00	4 000,00 €	Tx normal
Recibos de deslocações e estadas	195,00	1 500,00 €	12%
Compra de imobilizado	117600,00	560 000,00 €	Tx normal
Pagamento de serviços isentos		1 300,00 €	

Pretende-se:

2.1 – Movimentação necessária ao preenchimento da declaração periódica.

2.2 – Apuramento do IVA do trimestre.

2.3 – Preenchimento da declaração periódica referente ao trimestre.

2.4 – Transferência para a conta de IVA a Pagar ou IVA a Recuperar, de acordo com o resultado obtido.

Ficha de Trabalho nº 16

1.1) - $\text{Pro Rata} = \frac{80.000,00}{200.000,00} = 40\%$

1.2)

2008	Valor	IVA suportado	IVA dedutível
Aquisição veículo ligeiro misto ①	22.000,00€	—	—
Faturas de aquisição materiais ②	18.000€	3.780€	$3.780€ \times 40\% = 1.512,00€$
Água, electricidade etc ③	14.000€	840,00€	$840€ \times 40\% = 336,00€$
Aquisição máquinas ④	20.000€	4.200€	$4.200 \times 40\% = 1.680,00€$
Aquisição ferramentais ⑤	1.400€	294€	$294€ \times 40\% = 117,60€$
Gásóleo industrial ⑥	800€	104€	$104€ \times 40\% = 41,60€$
TOTAL	54.200€	9.218€	3.687,20€

IVA liquidado = $208.000,00 \times 21\% = 43.680,00€$

IVA a entregar = $43.680,00 - 3.687,20 = 39.992,80€$

1.3) - 2007

	Valor	IVA sup.	IVA dedutível
①	22.000€	—	—
②	18.000€	3.780€	$3.780 \times 35\% = 1.323,00€$
③	14.000€	840€	$840 \times 35\% = 294,00€$
④	20.000€	4.200€	$4.200 \times 35\% = 1.470,00€$
⑤	1.400€	294€	$294 \times 35\% = 102,90€$
⑥	800€	104€	$104 \times 35\% = 36,40€$
TOTAL	54.200€	9.218€	3.226,30€

IVA a entregar = $9.218,00 \times 0,05 = 460,90€$

(1)

Ficha de Trabalho n.º 16

$$\begin{array}{r|l} 2432123 & \\ \hline 4830€ & 4830€ \\ \hline \end{array}$$

$$\begin{array}{r|l} 2) \quad 2433123 & \\ \hline (2435) 4830€ & 4830€ \\ \hline \end{array}$$

$$\begin{array}{r|l} 2432113 \text{ - IVA deduzível (24)} & \\ \hline 26880€ & 146.480€ (2435) \\ 113.600€ & \\ \hline 146.480€ & \end{array}$$

$$\begin{array}{r|l} 2432311 \text{ - IVA ded. atribuída} & \\ \hline 180€ & 180€ (2435) \\ \hline \end{array}$$

$$\begin{array}{r|l} 2432112 \text{ - IVA ded. (131)} & \\ \hline 195€ & 195€ (2435) \\ \hline \end{array}$$

$$\begin{array}{r|l} 24341 \text{ - Regul. Empress} & \\ \hline 724,50€ & 1.564,50€ (2435) \\ 840,00€ & \\ \hline 1.564,50€ & \end{array}$$

$$\begin{array}{r|l} 24342 \text{ - Regul. Estado} & \\ \hline (2435) 2.940,00€ & 430,00€ \\ & 2.520,00€ \\ \hline & 2.940,00€ \end{array}$$

$$\begin{array}{r|l} 2435 \text{ - Ajustamento} & \\ \hline (2432123) 4.830€ & 4.830€ (2433123) \\ (2432113) 146.480€ & 26.670€ (2433113) \\ (2432311) 180€ & 2.940€ (24342) \\ (2432112) 195€ & 34.440,00€ \\ (24341) 1.564,50€ & 172.809,50€ (2437) \\ (2437) 56.000€ & 207.249,50€ \\ \hline 207.249,50€ & \end{array}$$

$$\begin{array}{r|l} 2437 \text{ - IVA a recuperar} & \\ \hline (2435) 56.000€ & 56.000€ (24) \\ (2435) 172.809,50€ & \end{array}$$



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Centro de Formação Profissional do Sector Terciário

Módulo – Princípios de Fiscalidade

Ficha de Trabalho n.º 17 – Declaração de início, de alteração e de cessação de actividade

1 – Constitui uma sociedade por quotas e procede ao preenchimento da declaração de início de actividade, atendendo a que:

- A escritura pública de constituição foi publicada em 01-02-2005;
- A empresa efectua importações e exportações intracomunitárias;
- Volume de vendas estimadas – 250 000,00 €;
- Compras estimadas no valor de 175 000,00 €;
- O NIB é o 234567890098234761.

2 – Imagina agora que em 01-05-2006 a sede da empresa mudou de morada, e que esta deixou de efectuar importações e exportações.

3 – Em 31-06-2007 a empresa cessou actividade por falência técnica.

Proceda ao preenchimento das declarações de início, alterações e cessação de actividade, relativamente à empresa criada.

Nota:

Os elementos em falta para preenchimento integral das declarações deverão ser criados por cada formando(a).

Empresas mistas

O artigo 23.º dispõe sobre sujeitos passivos que apenas podem deduzir o IVA suportado em percentagem e são designados por empresas mistas.

Empresas mistas

São, assim, designadas porque realizam operações em que liquidam IVA e dão direito à dedução do IVA suportado e operações isentas que não dão direito à dedução.

Como se compreende, estas empresas, apenas podem deduzir o IVA suportado nas aquisições relativas às operações em que liquidam o IVA.

Para a resolução deste problema existem dois métodos:

Método do *pro rata* (percentagem de dedução) – o imposto suportado nas aquisições é dedutível na percentagem correspondente ao montante anual de operações que deem lugar à dedução.

A percentagem de dedução é calculada através da seguinte fórmula:

$$\text{Pro rata} = \frac{\text{Montante anual das operações com direito à dedução}}{\text{Montante anual de todas as operações}}$$

A percentagem será sempre arredondada para a centésima imediatamente superior.

Exemplo: 59,35% = 60%

Método da afectação real – consiste em ter duas contabilidades devidamente organizadas: uma para os registos do sector das operações em que liquida IVA e outra para os registos relativos ao sector isento.

A percentagem de dedução a aplicar durante um determinado ano é calculada com base nos dados do ano anterior e é, portanto, uma percentagem provisória que poderá necessitar de correcção com base no cálculo da percentagem definitiva do respectivo ano.

Sempre que a percentagem definitiva calculada no final do respectivo ano seja diferente da provisória que foi aplicada, haverá lugar a correcções que deverão constar da declaração do último período do ano a que respeitam.

Quando o sujeito passivo inicia a actividade o *pro rata* a aplicar será calculado com base numa percentagem estimada e que deverá constar da Declaração de Início de Actividade.

Poderão estar, na situação de *pro rata*, as empresas de construção que construam prédios para vender (não liquidam IVA sobre o valor dos prédios vendidos que estão sujeitos ao imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e efectuem obras em prédios (liquidam IVA sobre o valor das obras efectuadas).

Relativamente à construção dos prédios não poderão deduzir o IVA suportado nas aquisições do imobilizado, materiais para a construção e outros fornecimentos e serviços e poderão deduzir o IVA suportado nas aquisições cujo destino sejam as obras efectuadas.

Exemplo da aplicação do *pro rata*:

A Sociedade de Construções A Construtora do Norte, SA, realizou durante o mês de Maio de 2005 as seguintes operações, valores em euros.

	Valor	Taxa de IVA
Aquisição de uma viatura de carga	20 000,00	21%
Facturas relativas à aquisição de materiais para a construção	200 000,00	21%
Aquisição de uma grua	40 000,00	21%
Fornecimentos e serviços de terceiros	3 000,00	5%
Obras realizadas	1 500 000,00	21%
Vendas de imóveis	3 500 000,00	isentos

Durante o ano de 2004, verificou-se o seguinte:

Obras realizadas (IVA excluído)	20 000 000,00 €
Vendas de imóveis	60 000 000,00 €

Pretende-se o apuramento do IVA relativo a Maio de 2006.

a) Cálculo do *pro rata* a aplicar durante o ano de 2006

$$\begin{array}{c}
 \text{Não isentas (IVA excluído)} \\
 \downarrow \\
 \text{Pro rata} = \frac{\text{Montante anual das operações com direito à dedução}}{\text{Montante anual de todas as operações}} \\
 \uparrow \\
 \text{Isentas + não isentas (IVA excluído)}
 \end{array}$$

$$\text{Pro rata} = \frac{20\,000\,000,00}{80\,000\,000,00} = 25\% = 0,25$$

b) Apuramento do IVA

	Valor	Iva suportado	Iva dedutível
Aquisição de uma viatura de carga	20 000,00		$\times 25\% =$
Facturas de aquisição de materiais	200 000,00		$\times 25\% =$
Aquisição de uma grua	40 000,00		$\times 25\% =$
Fornecimento e serviços de terceiros	3 000,00		$\times 25\% =$
Total			

Iva liquidado = Valor das obras \times Taxa do IVA

Iva liquidado = 1 500 000,00 \times =

Iva a entregar = - =

Suponhamos que relativamente a esta empresa, no final do ano de 2006, encontravamos a seguinte situação:

Obras realizadas (IVA excluído)	20 000 000,00
Vendas de imóveis	80 000 000,00

O *Pro rata* de 2006 a aplicar em 2007 será:

$$\text{Pro rata} = \frac{20\,000\,000,00}{100\,000\,000,00} = 20\% = \text{Pro rata definitivo de 2006}$$

Relativamente ao ano de 2006, ter-se-á de fazer uma correcção no IVA dedutível de 5%, a favor do Estado, uma vez que o *Pro rata* provisório foi de 25% superior em 5% ao definitivo.

Haverá lugar a uma regularização anual por cálculo do *pro rata* definitivo, neste caso, a favor do Estado, que será inscrita no quadro 06, campo 41, da declaração periódica do IVA, no valor de $\times 0,05 =$